

Ritmo Logística S.A.

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2018 e 2017**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	5
Demonstrações do resultado	6
Demonstrações do resultado abrangente	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras	10



KPMG Auditores Independentes
The Five East Batel
Rua Nunes Machado, nº 68 - Batel
Caixa Postal 13533 - CEP: 80250-000 - Curitiba/PR - Brasil
Telefone +55 (41) 3304-2500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Conselheiros e Diretores da
Ritmo Logística S.A.
Curitiba - Paraná

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Ritmo Logística S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Ritmo Logística S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.


Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 05 de junho de 2019

KPMG Auditores Independentes
CRC PR-007945/F-7



João Alberto Dias Panzeri
Contador CRC PR-048555/O-2

Ritmo Logística S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2018	2017	Passivo e Patrimônio líquido	Nota	2018	2017
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	8	9.729	4.744	Fornecedores		18.579	10.874
Contas a receber de clientes	9	34.904	37.169	Empréstimos e financiamentos	14	20.743	19.234
Estoques		472	647	Salários e encargos sociais	15	5.028	4.089
Impostos a recuperar	10	4.977	335	Impostos a recolher	16	3.397	3.301
Mútuo com coligadas	11	2.840	2.840	Dividendos a pagar	11	2.497	300
Despesas antecipadas		454	443	Outros passivos		49	41
Adiantamentos a fornecedores		1.394	89				
		<u>54.770</u>	<u>46.267</u>			<u>50.293</u>	<u>37.839</u>
Não circulante				Não circulante			
Depósitos judiciais		4.455	6.205	Empréstimos e financiamentos	14	-	13.871
Investimentos		45	45	Impostos diferidos	17	9.426	9.584
Intangível	13	1.029	1.237	Provisão para contingências	24	5.545	4.531
Imobilizado	12	63.464	68.452				
		<u>68.993</u>	<u>75.939</u>			<u>14.971</u>	<u>27.986</u>
				Total do passivo		<u>65.264</u>	<u>65.825</u>
				Patrimônio líquido	18		
				Capital social		52.747	52.747
				Reserva de lucros		5.752	3.634
						<u>58.499</u>	<u>56.381</u>
Total do Ativo		<u><u>123.763</u></u>	<u><u>122.206</u></u>	Total do Passivo e Patrimônio líquido		<u><u>123.763</u></u>	<u><u>122.206</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ritmo Logística S.A.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	Nota	2018	2017
Receita líquida	19	207.812	224.942
Custo dos serviços prestados	20	<u>(179.822)</u>	<u>(202.002)</u>
Lucro bruto		27.990	22.940
Receitas (despesas) operacionais			
Gerais e administrativas	20	(14.574)	(14.265)
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	9	(22)	61
Outras receitas operacionais, líquidas	22	<u>6.550</u>	<u>3.304</u>
Resultado operacional antes do resultado financeiro e impostos		19.944	12.040
Receitas financeiras		1.183	2.050
Despesas financeiras		<u>(5.266)</u>	<u>(6.658)</u>
Resultado financeiro líquido	21	(4.083)	(4.608)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		<u>15.861</u>	<u>7.432</u>
Imposto de renda e contribuição social	17(b)		
Corrente		(5.503)	(1.456)
Diferido		<u>158</u>	<u>(1.040)</u>
Lucro líquido do exercício		<u><u>10.516</u></u>	<u><u>4.936</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ritmo Logística S.A.

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	2018	2017
Lucro líquido do exercício	<u>10.516</u>	<u>4.936</u>
Resultado abrangente do exercício	<u><u>10.516</u></u>	<u><u>4.936</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ritmo Logística S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	Capital social	Reservas de lucros		Lucros acumulados	Total
		Legal	Retenção		
Em 31 de dezembro de 2016	<u>52.747</u>	<u>1.308</u>	<u>5.860</u>	<u>-</u>	<u>59.915</u>
Lucro líquido do exercício	-	-	-	4.936	4.936
Distribuição antecipada de dividendos	-	-	-	-	-
Distribuição de dividendos	18 (c)	-	(3.781)	-	(3.781)
Destinações do lucro:					
Constituição de reserva legal	-	247	-	(247)	-
Dividendos obrigatórios	-	-	-	(4.689)	(4.689)
Em 31 de dezembro de 2017	<u>52.747</u>	<u>1.555</u>	<u>2.079</u>	<u>-</u>	<u>56.381</u>
Lucro líquido do exercício	-	-	-	10.516	10.516
Destinações do lucro:					
Constituição de reserva legal	-	525	-	(525)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	18 (c)	-	-	(8.398)	(8.398)
Retenção do lucro	-	-	1.593	(1.593)	-
Em 31 de dezembro de 2018	<u>52.747</u>	<u>2.080</u>	<u>3.672</u>	<u>-</u>	<u>58.499</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ritmo Logística S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	Nota	2018	2017
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		15.861	7.432
Ajustes para reconciliar o lucro do exercício ao caixa gerado pelas atividades operacionais			
Depreciação e amortização	12 e 13	9.407	9.772
Resultado na venda de imobilizado		(5.258)	(1.854)
Juros sobre empréstimos	14	2.935	2.106
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	9	22	(61)
Provisão para contingências	24	1.013	-
Créditos extemporâneos PIS e COFINS	10	(4.977)	-
		<u>19.003</u>	<u>17.395</u>
Variações nos ativos e passivos			
Contas a receber de clientes		2.243	(15.182)
Mútuo com coligadas		-	9.900
Estoques		175	22
Impostos a recuperar		335	3.029
Outros ativos		434	(2.720)
Fornecedores		7.705	2.916
Contas a pagar		<u>1.043</u>	<u>437</u>
Caixa proveniente das operações		<u>30.938</u>	<u>15.797</u>
Imposto de renda e contribuição social pagos	17(b)	<u>(5.503)</u>	<u>(1.456)</u>
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		<u>25.435</u>	<u>14.341</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aquisição de imobilizado e intangível		(2.887)	(6.539)
Caixa na alienação de imobilizado		<u>11.909</u>	<u>2.547</u>
Caixa líquido proveniente das (usado nas) atividades de investimento		<u>9.022</u>	<u>(3.992)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Captação de recursos		-	9.610
Liquidação de empréstimos e financiamentos	14	(20.337)	(22.656)
Juros pagos sobre empréstimos e financiamentos	14	(2.935)	(2.106)
Distribuição de dividendos		<u>(6.200)</u>	<u>(10.247)</u>
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamentos		<u>(29.472)</u>	<u>(25.399)</u>
Acréscimo (redução) em caixa e equivalentes de caixa		<u>4.985</u>	<u>(15.050)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		<u>4.744</u>	<u>19.794</u>
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		<u><u>9.729</u></u>	<u><u>4.744</u></u>
Transações que não afetaram o caixa			
Captações de financiamentos para aquisição de imobilizado		7.975	11.380

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

A Ritmo Logística S.A. ("Companhia" ou "Ritmo") é uma sociedade anônima de capital fechado com sede na rua João Kalinowski, 170 Curitiba - PR. Tem como atividade preponderante a prestação de serviços de transporte rodoviário de cargas gerais e perigosas, em veículos próprios ou de terceiros.

2 Base de preparação

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 05 de junho de 2019. Após a sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras.

Detalhes sobre as políticas contábeis da Companhia estão apresentadas na nota explicativa 10.

Este é o primeiro conjunto de demonstrações financeiras anuais da Companhia no qual o CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente e o CPC 48 - Instrumentos Financeiros foram aplicados. Mudanças nas principais políticas contábeis estão descritas na Nota explicativa 4.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Uso de estimativas

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2018 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa 9** - mensuração de perda de crédito esperada para contas a receber e ativos contratuais: principais premissas na determinação da taxa média ponderada de perda;
- **Nota explicativa 14** - determinação das vidas úteis do ativo imobilizado;
- **Nota explicativa 17** - reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados;
- **Notas explicativas 24** - reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos.

4 Mudanças nas principais políticas contábeis

A Companhia aplicou inicialmente o CPC 47 e CPC 48 a partir de 1º de janeiro de 2018. Uma série de outras novas normas também entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2018, mas não afetaram materialmente as demonstrações contábeis da Companhia,

Devido aos métodos de transição escolhidos pela Companhia na aplicação dessas normas, as informações comparativas dessas demonstrações contábeis não foram reapresentadas para refletir os requerimentos das novas normas.

Não houveram impactos significativos em relação a aplicação inicial destas normas.

IFRS 15 (CPC 47) - Receita de Contratos com Clientes

O CPC 47 estabelece uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida e por quanto a receita é mensurada. Ele substituiu o CPC 30- Receitas e interpretações relacionadas. De acordo com o CPC 47, a receita é reconhecida quando o cliente obtém o controle dos bens ou serviços. Determinar o momento da transferência de controle - em um momento específico no tempo ou ao longo do tempo - requer julgamento.

A Companhia adotou o CPC 47 usando o método de efeito cumulativo (sem expedientes práticos), com o efeito de aplicação inicial da norma em 1º de janeiro de 2018.

Consequentemente, a informação apresentada para 2017 não foi reapresentada - isto é, está apresentada, conforme reportado anteriormente, sob o CPC 30 e interpretações relacionadas. Além disso, os requerimentos de divulgação do CPC 47, em geral, não foram aplicados à informação comparativa.

De forma prática a adoção do CPC 47 não trouxe impacto significativo para a Companhia, considerando que a Companhia cumpre com a sua obrigação de desempenho na prestação do serviço com base no estágio de conclusão do serviço, o qual tem uma média de aproximadamente 2 dias.

Com base na avaliação da Companhia, o valor justo e os preços de venda de serviços individuais são amplamente similares.

Para obter informações adicionais sobre as políticas contábeis da Companhia relacionadas ao reconhecimento de receita, consulte a Nota explicativa 6.2.

CPC 48 - Instrumentos financeiros

O CPC 48 estabelece requerimentos para reconhecer e mensurar ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos de compra ou venda de itens não financeiros. Esta norma substitui o CPC 38/IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração.

Como resultado da adoção do CPC 48, a Companhia adotou as alterações consequentes ao CPC 26/IAS 1 Apresentação de Demonstrações Financeiras, que exigem que a redução ao valor recuperável dos ativos financeiros sejam apresentados em linha separada na demonstração do resultado. Anteriormente, a abordagem da Companhia era incluir a redução ao valor recuperável de contas a receber em outras despesas. Consequentemente, a Companhia reclassificou as perdas por redução ao valor recuperável de R\$ 22, reconhecidas pelo CPC 38/IAS 39, de 'despesas de vendas' para 'perdas por redução ao valor recuperável de contas a receber na demonstração dos resultados para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

(i) Classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros.

O CPC 48 contém três principais categorias de classificação para ativos financeiros:

- mensurados ao custo amortizado, VJORA e VJR. A classificação de ativos financeiros de acordo com o CPC 48 é geralmente baseada no modelo de negócios no qual um ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais. O CPC 48 elimina as categorias antigas do CPC 38/IAS 39 de títulos mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda.

O CPC 48 retém em grande parte os requerimentos existentes no CPC 38/IAS 39 para a classificação e mensuração de passivos financeiros.

O contas a receber de clientes e outros recebíveis que eram classificados como empréstimos e recebíveis de acordo com o CPC 38/IAS 39 agora são classificados ao custo amortizado. Um aumento de R\$ 22 na provisão para impairment destes recebíveis foi reconhecido no saldo de abertura de lucros acumulados em 1º de janeiro de 2018 na transição para o CPC 48.

(ii) Impairment de ativos financeiros

Em relação ao *impairment* de ativos financeiros, o IFRS 9 substitui o modelo de “perda incorrida” do IAS 39 por um modelo de perda de crédito esperada. O novo modelo de *impairment* aplica-se aos ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado. De acordo com o IFRS 9, as perdas de crédito são reconhecidas mais cedo do que de acordo com o IAS 39.

Espera-se que as perdas por redução ao valor recuperável de ativos incluídos no escopo do modelo de redução ao valor recuperável do CPC 48 aumentem e tornem-se mais voláteis.

A administração realizou as avaliações necessárias na aplicação dos requisitos de classificação, mensuração e redução ao valor recuperável do IFRS 9 e não identificou impacto significativo relativo à adoção da norma.

(iii) **Transição**

A Companhia optou por não reapresentar informações comparativas dos períodos anteriores com relação aos requisitos de classificação e mensuração.

5 Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico

6 Principais políticas contábeis

A Companhia aplicou as políticas descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis, salvo indicação ao contrário (veja nota explicativa 4).

6.1 Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

6.2 Reconhecimento da receita

A Companhia adotou inicialmente o CPC 47 a partir de 1º de janeiro de 2018. As informações sobre as políticas contábeis da Companhia relacionadas a contratos com clientes são fornecidas abaixo. O efeito da aplicação inicial do CPC 47 está descrito na nota explicativa 4.

A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente. A Companhia reconhece a receita quando transfere o controle sobre o serviço ao cliente.

A tabela abaixo fornece informações sobre a natureza e a época do cumprimento de obrigações de desempenho em contratos com clientes, incluindo condições de pagamento significativas e as políticas de reconhecimento de receita relacionadas.

Tipo de serviço	Natureza e a época do cumprimento das obrigações de desempenho, incluindo condições de pagamento significativas	Reconhecimento da receita conforme o CPC 47/IFRS 15 (aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018)	Reconhecimento da receita conforme o CPC 30/IAS 18 (aplicável antes de 1º de janeiro de 2018)
Serviços de transportes de carga geral e fracionado	Representam serviços prestados, e tratados pelo cliente carga a carga, com faturamento diverso e particular com cada cliente. A receita é reconhecida com base no estágio da realização do serviço.	A receita é reconhecida ao longo do tempo conforme os serviços são prestados. O estágio de conclusão para determinar o valor da receita a ser reconhecida é avaliado com base em medições do trabalho realizado. O preço de venda individual é determinado com base nos preços de tabela em que a Companhia que leva em consideração as características de cada transporte (distância e peso, p.e.).	A receita era reconhecida proporcionalmente ao estágio de conclusão da transação na data do balanço. Se os serviços sob um único contrato eram prestados em períodos diferentes, então a contraprestação era alocada em uma base de valor justo relativo entre os diferentes serviços.

6.3 Benefícios a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

6.4 Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras, juros sobre contas a receber de clientes e variação cambial.

As despesas financeiras abrangem, principalmente, despesas com juros sobre financiamentos, e variação cambial.

6.5 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. O imposto de renda e contribuição social diferidos são determinados, usando alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou quando o imposto diferido passivo for liquidado.

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

6.6 Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico (vide Nota 12), menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

Itens do imobilizado	2018	2017
Edificações	25	25
Cavalos mecânicos	7 a 8	7 a 8
Carretas e equipamentos	7 a 8	7 a 8
Móveis e utensílios	10	10
Equipamentos de informática	5	5
Outros	5	5

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas operacionais, líquidas" na demonstração do resultado.

6.7 Instrumentos financeiros

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) Classificação e mensuração subsequente

Instrumentos Financeiros - Política aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA - instrumento de dívida; ao VJORA - instrumento patrimonial; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio: política aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018

- A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:
- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia

Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros: Política aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).
- O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas: Política aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

Ativos financeiros - Política aplicável antes de 1 de janeiro de 2018

A Companhia classificou os ativos financeiros nas seguintes categorias:

- empréstimos e recebíveis;
- ativos financeiros mantidos até o vencimento;
- ativos financeiros disponíveis para venda.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas: Política aplicável antes de 1 de janeiro de 2018

Ativos financeiros a VJR	Mensurados ao valor justo e as variações no valor justo, incluindo juros ou receita de dividendos, foram reconhecidas no resultado.
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	Mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.
Empréstimos e recebíveis	Mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.
Ativos financeiros mantidos para venda	Mensurados ao valor justo e as variações no valor justo, exceto as perdas por impairment, juros e diferenças cambiais sobre os instrumentos de dívida, foram reconhecidas em ORA e acumuladas na reserva de valor justo. Quando esses ativos foram desreconhecidos, os ganhos e perdas acumulados no patrimônio líquido foram reclassificados para o resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) *Compensação*

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

6.8 Redução ao valor recuperável (Impairment)

(i) *Ativos financeiros não-derivativos*

Política aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018

Instrumentos financeiros e ativos contratuais

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- ativos financeiros mensurados ao custo amortizado;
- ativos de contrato.

A Companhia mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira.

- títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e
- outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

A Companhia presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 180 dias de atraso.

A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

- é pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito aa Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou
- o ativo financeiro estiver vencido há mais de 180 dias.

As perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas com crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplimento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.

Mensuração das perdas de crédito esperada

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos aa Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber).

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
- quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 180 dias;
- reestruturação de um valor devido aa Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais, a Companhia adota a política de baixar o valor contábil bruto quando o ativo financeiro está vencido há 180 dias com base na experiência histórica de recuperação de ativos similares. Com relação a clientes corporativos, a Companhia faz uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação. A Companhia não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos.

Política aplicável antes de 1º de janeiro de 2018

Ativos financeiros não derivativos

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado eram avaliados em cada data de balanço para determinar se havia evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor incluía:

- inadimplência ou atrasos do devedor;
- reestruturação de um valor devido aa Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência/recuperação judicial;
- mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;
- o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras; ou
- dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

Ativo financeiro mensurado a custo amortizado A Companhia considerava evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos eram avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tinham sofrido perda de valor individualmente eram então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que pudesse ter ocorrido, mas não tinha ainda sido identificada. Ativos que não eram individualmente significativos eram avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utilizava tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração se as condições econômicas e de crédito atuais eram tais que as perdas reais provavelmente seriam maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma perda por redução ao valor recuperável foi calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas foram reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia considerou que não havia expectativas razoáveis de recuperação, os valores foram baixados. Caso a perda por redução ao valor recuperável tenha posteriormente diminuído e a diminuição fosse relacionada objetivamente a um evento subsequente ao reconhecimento da perda por redução ao valor recuperável, a provisão era revertida através do resultado.

(ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os estoques e ativos fiscais diferidos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso do ágio, o valor recuperável é testado anualmente.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada ao ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

6.9 Capital social

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido.

Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são demonstrados no patrimônio líquido, em conta redutora do capital, líquidos de impostos.

6.10 Provisões

As provisões para ações judiciais (trabalhista, civil e tributária) são reconhecidas quando: a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor tiver sido estimado com segurança. As provisões não são reconhecidas com relação às perdas operacionais futuras.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

6.11 Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral.

6.12 Novas normas e interpretações não adotadas

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2019. A Companhia não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações contábeis.

Entre as normas que ainda não estão em vigor, espera-se que o CPC 06 (R2) tenha um impacto material nas demonstrações contábeis da Companhia no período de aplicação inicial

CPC 06 (R2) - Arrendamentos

A Companhia deverá adotar o CPC 06(R2) - Arrendamentos a partir de 1º de janeiro de 2019.

A Companhia avaliou o potencial impacto que a aplicação inicial do CPC 06 (R2) terá sobre as demonstrações financeiras consolidadas, conforme descrito abaixo. Os impactos reais da adoção da norma a partir de 1º de janeiro de 2019 poderão mudar porque as novas políticas contábeis estão sujeitas à mudança até que a Companhia apresente suas primeiras demonstrações financeiras que incluam a data da aplicação inicial.

Arrendamentos em que a Companhia é um arrendatário

A Companhia reconhecerá novos ativos e passivos para seus arrendamentos operacionais das instalações. A natureza das despesas relacionadas àqueles arrendamentos mudará porque a Companhia reconhecerá um custo de depreciação de ativos de direito de uso e despesa de juros sobre obrigações de arrendamento, anteriormente reconhecia uma despesa linear de arrendamento operacional durante o prazo do arrendamento.

A Companhia estima que reconhecerá novos ativos e passivos adicionais de arrendamento de R\$ 716 em 1º de janeiro de 2019.

Outras alterações

As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras.

- Ciclo de melhorias anuais para as IFRS 2014-2016 - Alterações à IFRS 1 e à IAS 28.
- Alterações ao CPC 10 Pagamento baseado em ações em relação à classificação e mensuração de determinadas transações com pagamento baseado em ações.
- Transferências de Propriedade de Investimento (Alterações ao CPC 28).

- Alterações ao CPC 36 Demonstrações Consolidadas e ao CPC 18 Investimento em Coligada em relação a vendas ou contribuições de ativos entre um investidor e sua coligada ou seu empreendimento controlado em conjunto.
- ICPC 21 Transações em moeda estrangeira e adiantamento.
- IFRIC 23 Incerteza sobre Tratamentos de Imposto de Renda.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

7 Gestão de risco financeiro

7.1 Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros, a saber: (a) risco de mercado (moeda e taxa de juros); (b) risco de crédito; e (c) risco de liquidez.

Os serviços vendidos pela Companhia são predominantemente denominados em reais.

O processo de gestão de riscos de mercado tem por objetivo a proteção do fluxo de caixa da Companhia contra eventos adversos de mercado tais como oscilações de taxas de câmbio e taxas de juros. A governança e as macrodiretrizes desse processo estão definidas na Política de gestão de riscos de mercado.

a. Risco de mercado

Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros.

A Companhia possui aplicações financeiras atreladas à taxa CDI e, portanto, sensíveis às mudanças da mesma no mercado.

O risco de taxa de juros da Companhia decorre de financiamentos de longo prazo. Os financiamentos emitidos às taxas fixas e variáveis expõem a Companhia ao risco de taxa de juros de fluxo de caixa. Os financiamentos emitidos às taxas fixas expõem a Companhia ao risco de valor justo associado à taxa de juros.

b. Risco de crédito

A Companhia possui aplicações financeiras de liquidez imediata tendo como contraparte instituições financeiras que apresentam *ratings* de crédito superiores a "A", por consequência minimizando o risco.

No caso do risco de crédito decorrente de exposições de crédito a clientes, a Companhia avalia a qualidade do crédito do cliente, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores e, adicionalmente, define limites individuais de crédito, os quais são regularmente monitorados. A Companhia reconhece provisão para deterioração do saldo a receber de clientes, sempre que necessário.

c. Risco de liquidez

O risco de liquidez é gerenciado de acordo com a política de gestão de liquidez e endividamento, visando garantir recursos líquidos suficientes para honrar os compromissos financeiros da Companhia no prazo e sem custo adicional.

O principal instrumento de medição e monitoramento da liquidez é a projeção de fluxo de caixa, observando-se um prazo mínimo de 12 meses de projeção a partir da data de referência.

	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos
Em 31 de dezembro de 2018				
Financiamentos	20.743	-	-	-
Fornecedores e outras obrigações	29.550	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2017				
Financiamentos	19.234	5.221	8.599	51
Fornecedores e outras obrigações	18.605	-	-	-

d. Risco cambial

A Companhia está exposta ao risco cambial decorrente de exposições basicamente com relação ao dólar dos Estados Unidos.

A Companhia possuía ativos e passivos denominados em moeda estrangeira nos montantes descritos a seguir:

	2018		2017	
	Dólares norte- -americanos	Reais (*)	Dólares norte- -americanos	Reais (**)
Ativo				
Contas a receber de clientes	589	2.282	596	1.972
Exposição líquida	589	2.282	596	1.972

(*) Considera a taxa de 3,8742 cotada em 31/12/2018

(**) Considera a taxa de 3,3079 cotada em 31/12/2017.

7.2 Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

	2018	2017
Total dos financiamentos (Nota 14)	(20.743)	(33.105)
Menos: caixa e equivalentes de caixa (Nota 8)	9.729	4.744
Dívida líquida	(11.014)	(28.361)
Total do patrimônio líquido	58.499	56.381
Total do patrimônio líquido ajustado	47.485	28.020

8 Caixa e equivalentes de caixa

	2018	2017
Caixa e bancos	808	979
Aplicações financeiras (i)	8.921	3.765
	9.729	4.744

- (i) As aplicações financeiras referem-se a certificados de depósitos bancários (CDB's) remunerados a taxa média de 90% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e apresentam liquidez imediata.

9 Contas a receber de clientes

	2018	2017
No país	36.501	39.054
No exterior	2.282	1.972
Perda por redução ao valor recuperável	(3.879)	(3.857)
	34.904	37.169
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		
Saldo inicial	(3.857)	(3.918)
Adições	(22)	-
Exclusão	-	61
	(3.879)	(3.857)

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela prestação de serviços no decurso normal das atividades. Se o prazo de recebimento é equivalente há um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, serão apresentadas no ativo não circulante.

A necessidade de constituição - da perda por redução ao valor recuperável é avaliada tomando como base a situação de cada título, quando aplicável.

	Saldo vencido								
	Saldo a vencer	< 30 dias	31 - 60 dias	61 - 90 dias	91 - 180 dias	> 181 dias			
Exercícios							Provisão para perda	Total	
31/12/18	31.339	3.113	79	170	82	4.000	(3.879)	34.904	
31/12/17	31.222	5.428	264	135	120	3.857	(3.857)	37.169	

10 Impostos a recuperar

	2018	2017
Ativo circulante		
Créditos extemporâneos - COFINS	4.090	-
Créditos extemporâneos - PIS	887	-
CSLL a Recuperar	-	69
IRPJ a recuperar	-	266
	4.977	335

11 Mútuo com coligadas

a. Saldos e transações

O saldo de mútuo a receber refere-se a contrato com a Companhia Martini Meat S/A remunerado a taxa de 1% a.m. com prazo de vencimento em 2019.

	2018		2017	
	Mútuos ativo circulante	Dividendos a pagar	Mútuos ativo não circulante	Dividendos a pagar
Martini Meat S.A.	2.840	-	2.840	-
Novo Oriente Participações Ltda.- sócio	-	2.497	-	300
	2.840	2.497	2.840	300

b. Remuneração do pessoal-chave da Administração

O pessoal-chave da Administração é composto pela diretoria. Os montantes referentes à remuneração do pessoal chave da Administração durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 a título de benefícios de curto prazo foi de R\$ 2.891 (R\$ 2.532 em 2017).

A Companhia não concede à pessoal chave da administração benefícios com características de longo prazo.

12 Imobilizado

a. Composição

	2018			2017	% Taxas médias anuais de depreciação
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido	
Benefitorias em bens de terceiros					
Edificações	2.039	(374)	1.665	1.645	4%
Imobilizado próprio em operação					
Cavalos mecânicos (caminhões)	40.221	(8.854)	31.367	29.270	8%
Carretas e equipamentos	47.828	(18.352)	29.476	36.510	8%
Móveis e utensílios	469	(168)	301	312	10%
Equipamentos de informática	1.060	(860)	200	264	20%
Outros	470	(15)	455	451	20%
	92.087	(28.623)	63.464	68.452	

O valor total de ativos financiados oferecidos em garantia em 31 de dezembro de 2018 é de R\$ 20.473 (R\$ 22.008 em 31 de dezembro de 2017).

b. Movimentação

Classes do imobilizado	2017	Movimentação até 31 de dezembro de 2018			
	Líquido	Aquisições	Baixas	Depreciação do exercício	Líquido
Cavalos mecânicos	29.270	10.123	(5.913)	(2.113)	31.367
Carretas e equipamentos	36.510	445	(699)	(6.780)	29.476
Móveis e utensílios	312	35	-	(46)	301
Edificações	1.645	99	-	(79)	1.665
Equipamentos de informática	264	63	-	(127)	200
Outros	451	63	(39)	(20)	455
	<u>68.452</u>	<u>10.828</u>	<u>(6.651)</u>	<u>(9.165)</u>	<u>63.464</u>

Classes do imobilizado	2016	Movimentação até 31 de dezembro de 2017			
	Líquido	Aquisições	Baixas	Depreciação do exercício	Líquido
Cavalos mecânicos	24.052	8.664	-	(3.446)	29.270
Carretas e equipamentos	34.305	8.577	(689)	(5.683)	36.510
Móveis e utensílios	291	65	(4)	(40)	312
Edificações	1.634	87	-	(76)	1.645
Equipamentos de informática	365	41	-	(142)	264
Outros	79	393	-	(21)	451
	<u>60.726</u>	<u>17.827</u>	<u>(693)</u>	<u>(9.408)</u>	<u>68.452</u>

c. Revisão e ajuste da vida útil estimada

A Companhia ao final de cada exercício social revisa a vida útil econômica estimada do seu ativo imobilizado para fins de cálculo da depreciação, bem como para determinar o valor residual dos itens do imobilizado.

Redução ao valor recuperável

De acordo com as normas descritas no CPC 1 - Redução ao valor recuperável de ativos, o ativo imobilizado da Companhia tem o seu valor recuperável analisado, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de que determinados ativos poderiam estar reconhecidos contabilmente por montantes acima do valor recuperável. Para fins dessas análises, a Companhia agrupa seu ativo imobilizado em unidades geradoras de caixa (UGCs), conforme orientação do CPC 1.

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018, a Administração não identificou indicadores de que o ativo imobilizado poderia apresentar problemas de *impairment*.

13 Intangível

a. Composição

	2018		2017		% Taxas médias anuais de amortização
	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido	
Intangível					
Direitos de software	1.959	(1.713)	246	454	20%
Marcas e patentes	783	-	783	783	
	<u>2.742</u>	<u>(1.713)</u>	<u>1.029</u>	<u>1.237</u>	

b. Movimentação

	2017	Movimentação até 31 de dezembro de 2018			2018
	Líquido	Aquisições	Baixas	Amortização do exercício	Líquido
Classes do intangível					
Direitos de software	454	34	-	(242)	246
Marcas e patentes	783	-	-	-	783
	<u>1.237</u>	<u>34</u>	<u>-</u>	<u>(242)</u>	<u>1.029</u>
	2016	Movimentação até 31 de dezembro de 2017			2017
	Líquido	Aquisições	Baixas	Amortização do exercício	Líquido
Direitos de software	726	92	-	(364)	454
Marcas e patentes	783	-	-	-	783
	<u>1.509</u>	<u>92</u>	<u>-</u>	<u>(364)</u>	<u>1.237</u>

14 Empréstimos e financiamentos

Modalidade	Encargos anuais médios		Passivo circulante		Passivo não circulante		Total	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Em moeda nacional								
Capital de giro		CDI+5,59%	-	11.097	-	-	-	11.097
Finame	9,50%	7,62%	19.714	7.665	-	13.182	19.714	20.847
Leasing	19,78%	21,42%	347	123	-	355	347	478
Consórcio	0,90%	0,90%	682	349	-	334	682	683
			<u>20.743</u>	<u>19.234</u>	<u>-</u>	<u>13.871</u>	<u>20.743</u>	<u>33.105</u>

Quebra de cláusulas contratuais restritivas

A Companhia possui contratos de empréstimos e financiamentos, que, de acordo com os termos do contrato, serão pagos em parcelas nos próximos 5 anos. Contudo, determinados contratos possuem cláusulas contratuais restritivas que estabelecem o cumprimento de indicadores não financeiros, que, se descumpridos, o empréstimo se torna imediatamente vencido. Em 31 de dezembro de 2018 a Companhia não cumpriu com algumas cláusulas contratuais não financeiros.

A Companhia efetuou a reclassificação da totalidade do saldo de empréstimos e financiamentos registrado no passivo não circulante para o passivo circulante em atendimento ao disposto no parágrafo 74 do pronunciamento técnico CPC 26 (R1) "Apresentação das Demonstrações Contábeis". Caso os saldos de empréstimos e financiamentos não tivessem sido reclassificados seriam apresentados conforme abaixo:

Modalidade	Encargos anuais médios		Passivo circulante		Passivo não circulante		Total	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Em moeda nacional								
Capital de giro		CDI+5,59%	-	11.097	-	-	-	11.097
Finame	3,00%	7,62%	5.535	7.665	14.179	13.182	19.714	20.847
Leasing	19,78%	21,42%	158	123	189	355	347	478
Consórcio	14,00%	13,62%	348	349	334	334	682	683
			<u>6.041</u>	<u>19.234</u>	<u>14.702</u>	<u>13.871</u>	<u>20.743</u>	<u>33.105</u>

A movimentação dos empréstimos e financiamentos está composta por:

	Circulante	Não circulante	Total
Saldo no final do exercício 2016	23.439	11.332	34.771
Captação	2.437	18.553	20.990
Encargos financeiros	2.106	-	2.106
Transferências	16.014	(16.014)	-
Amortização - principal	(22.656)	-	(22.656)
Amortização - juros e variações	(2.106)	-	(2.106)
Saldo no final do exercício 2017	<u>19.234</u>	<u>13.871</u>	<u>33.105</u>
Captação	1.202	6.773	7.975
Encargos financeiros	2.935	-	2.935
Transferências	5.942	(5.942)	-
Amortização - principal	(20.337)	-	(20.337)
Amortização - juros e variações	(2.935)	-	(2.935)
Saldo no final do exercício 2018	<u>6.041</u>	<u>14.702</u>	<u>20.743</u>

As parcelas classificadas no passivo não circulante têm o seguinte cronograma de pagamentos:

Vencimento da dívida no não circulante

	2018	2017
2019	20.743	5.221
2020	-	4.639
2021	-	2.613
2022	-	1.347
2023	-	51
2024	-	-
	<u>20.743</u>	<u>13.871</u>

Os saldos mantidos como empréstimos e financiamentos, em moeda nacional, são referentes, substancialmente, a capitação de FINAME para aquisição de implementos rodoviários.

Os financiamentos estão garantidos pelos próprios bens financiados.

15 Salários e encargos sociais

Os saldos mantidos como salários e encargos sociais são referentes a provisões trabalhistas e encargos previdenciários.

	2018	2017
Salários e férias a pagar	2.875	2.092
PPR - Participação nos lucros	1.053	779
INSS	710	837
FGTS	355	352
Outros	35	29
	<u>5.028</u>	<u>4.089</u>

16 Impostos a recolher

	2018	2017
ICMS	1.426	1.364
Imposto de Renda Pessoa Jurídica	812	325
Contribuição Social	345	150
IPTU	305	340
COFINS	235	738
IRRF	203	203
PIS	51	160
Impostos Retidos	20	21
	<u>3.397</u>	<u>3.301</u>

17 Imposto de renda e contribuição social

a. Diferidos

Os ativos e os passivos tributários diferidos representam prejuízos fiscais e diferenças temporárias de imposto de renda e de contribuição social compensáveis ou tributáveis no futuro. Eles são calculados e classificados com base em projeções de realização e rentabilidade futura da Companhia.

A origem do imposto de renda e da contribuição social diferidos é apresentada a seguir:

	2018	2017
Ativo		
Diferenças temporárias		
Provisão PPR	379	286
Provisão contingências	1.885	1.540
Outros	(788)	493
	<u>1.476</u>	<u>2.319</u>
Passivo		
Diferenças temporárias		
Ajustes de vida útil imobilizado (depreciação) - CPC 27	(10.902)	(11.903)
Líquido	(9.426)	(9.584)

b. Conciliação da alíquota efetiva

Os valores são calculados com base nas alíquotas atualmente vigentes sobre o lucro tributado, acrescido ou diminuído das respectivas adições e exclusões.

Os valores de imposto de renda e contribuição social demonstrados no resultado do exercício findo em 31 de dezembro apresentam a seguinte reconciliação com base na alíquota nominal brasileira:

	2018	2017
Lucro antes dos tributos	15.861	7.432
Alíquota nominal	<u>34%</u>	<u>34%</u>
IRPJ e CSLL calculados às alíquotas nominais	(5.393)	(2.527)
IRPJ e CSLL s/ adições ou exclusões permanentes	(48)	(31)
Impostos correntes	(5.503)	(1.456)
Impostos diferidos	<u>158</u>	<u>(1.040)</u>
IRPJ e CSLL no resultado	<u>(5.345)</u>	<u>(2.496)</u>
Alíquota efetiva	33,7%	34,4%

18 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social, totalmente subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2018 é representado por 55.496.019 (55.496.019 em 2017) ações que representam o valor de total de R\$ 52.747 (R\$ 52.747 em 2017).

b. Reserva legal

Constituída à razão de 5% quando da apuração de lucro líquido no exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

c. Dividendos

O Estatuto Social em vigor determina a distribuição aos acionistas de um dividendo mínimo obrigatório de 25% quando apurado lucro líquido no exercício, conforme o parágrafo segundo, artigo 26º, do Estatuto Social, ajustado na forma do artigo 202 da Lei no 6.404/76. Em 18 de dezembro de 2018, houve aprovação da distribuição antecipada de dividendos aos acionistas, no montante de R\$ 5.900.

	2018	2017
Lucro líquido do exercício	10.516	4.936
Reserva legal - 5%	<u>(526)</u>	<u>(247)</u>
Base de cálculo dos dividendos	9.990	4.689
Percentual de aplicação para dividendos	<u>84%</u>	<u>100%</u>
Dividendos propostos	<u>8.392</u>	<u>4.689</u>
Dividendos por ação	<u><u>0,15</u></u>	<u><u>0,08</u></u>

19 Receita líquida

	2018	2017
Serviços prestados		
Receita de transporte nacional	222.051	249.639
Receita de transporte internacional	22.335	16.797
Receita de outros serviços	383	443
Receita de locação	<u>1.132</u>	<u>1.009</u>
	<u>245.901</u>	<u>267.888</u>
Deduções		
Impostos sobre as receitas de serviços prestados	(37.624)	(42.535)
Devoluções e abatimentos	<u>(465)</u>	<u>(411)</u>
	<u>(38.089)</u>	<u>(42.946)</u>
	<u><u>207.812</u></u>	<u><u>224.942</u></u>

20 Custo dos serviços prestados e despesas gerais e administrativas

	2018	2017
Contrato de transporte	76.613	85.769
Salários e adicionais	31.815	30.763
Consumo de combustíveis	39.988	47.701
Depreciações	9.407	9.772
Pedágios	7.853	9.804
Manutenção e conservação	6.849	7.273
Serviços de terceiros	4.528	4.183
Consumo de pneus	3.948	4.664
Encargos sociais	2.925	3.173
Despesas de viagens	2.586	3.711
Serviço de rastreamento	2.549	2.603
Aluguéis	2.077	1.976
Seguros	541	1.845
Outros	2.739	2.969
	<u>194.418</u>	<u>216.206</u>

Reconciliação dos custos e despesas operacionais por função:

	2018	2017
Custo dos serviços prestados	179.844	201.941
Despesas gerais e administrativas	14.574	14.265
	<u>194.418</u>	<u>216.206</u>

21 Resultado financeiro líquido

	2018	2017
Juros passivos	(3.399)	(5.194)
Variação cambial	(914)	(288)
Imposto sobre operações financeiras (IOF)	(246)	(481)
Despesa bancária	(648)	(591)
PIS / COFINS sobre receita financeira	(52)	(93)
Descontos concedidos	(7)	(11)
	<u>(5.266)</u>	<u>(6.658)</u>
Receitas sobre aplicações financeiras	707	1.702
Outros	476	348
	<u>1.183</u>	<u>2.050</u>
	<u>(4.083)</u>	<u>(4.608)</u>

22 Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

	2018	2017
Créditos Extemporâneos - PIS e Cofins	5.268	
Lucro na venda de imobilizado	-	1.854
Receita de vendas de pneus	1.519	1.724
Outras	(237)	(274)
	6.550	3.304

23 Instrumentos financeiros

O efeito da aplicação inicial do CPC 48 nos instrumentos financeiros da Companhia está descrito na Nota explicativa 4. Devido ao método de transição escolhido, as informações comparativas não foram reapresentadas para refletir os novos requerimentos.

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança.

A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a administração pretende cobrir (câmbio, taxa de juros e etc.). A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado.

A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

a. Classificação contábil

	2018		
	Ativos financeiros a custo amortizado	Passivos financeiros a custo amortizado	Total
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	9.729	-	9.729
Contas a receber de clientes	34.904	-	34.904
Passivos			
Fornecedores	-	18.579	18.579
Empréstimos e financiamentos	-	20.743	20.743
	2017		
	Ativos financeiros a custo amortizado	Passivos financeiros a custo amortizado	Total
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	4.744	-	4.744
Contas a receber de clientes	37.169	-	37.169
Passivos			
Fornecedores	-	10.874	10.874
Empréstimos e financiamentos	-	33.105	33.105

b. Classificação por categorias

- **Caixa e equivalentes de caixa** - Grupo detinha 'Caixa e equivalentes de caixa' de R\$ 9.729 em 31 de dezembro de 2018 (R\$ 4.744 em 2017). O 'Caixa e equivalentes de caixa' são mantidos com bancos e instituições financeiras que possuem rating AAA, baseado na agência Fitch Ratings.
- **Contas a receber** - A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada cliente. Contudo, a Administração também considera os fatores que podem influenciar o risco de crédito da sua base de clientes. Detalhes sobre a concentração do contas a receber estão nas notas explicativas 9.
- **Financiamentos e fornecedores** - São classificados como outros passivos financeiros não mensurados ao valor justo e estão registrados pelo método do custo amortizado de acordo com as condições contratuais. Esta definição foi adotada, pois os valores não são mantidos para negociação que de acordo com entendimento da Administração reflete a informação contábil mais relevante. Os valores justos destes passivos financeiros são equivalentes aos seus valores contábeis, por se tratarem de instrumentos financeiros com taxas que se equivalem às taxas de mercado.

24 Provisão para contingências

A Companhia é parte em ações de naturezas tributária, cível e trabalhista, envolvendo riscos de perda classificados pela administração como prováveis, possíveis e remoto, com base na avaliação de seus consultores jurídicos. O valor total das ações classificadas como prováveis em 31 de dezembro de 2018 para as quais há provisão constituída é de R\$ 5.545 (R\$ 4.531 em 31 de dezembro de 2017). O valor total das ações classificadas como possíveis em 31 de dezembro de 2018 para as quais não há provisão constituída é de R\$ 23.875 (R\$ 23.344 em 31 de dezembro de 2017).

	2017	Adições	2018
Ações trabalhistas	4.505	1.013	5.518
Ações cíveis	<u>27</u>	<u>-</u>	<u>27</u>
	<u>4.531</u>	<u>1.013</u>	<u>5.545</u>

25 Transações que não envolvem caixa

A Companhia efetuou aquisição de imobilizado e intangível à prazo, no montante de R\$ 7.975 (R\$ 11.038 em 2017) que não envolveram caixa e, portanto não estão refletidas na demonstração dos fluxos de caixa.

26 Cobertura de seguros

De acordo com a política corporativa de gestão de seguros da Companhia, são contratados diferentes tipos de apólices de seguros, tais como seguros de riscos operacionais e responsabilidade civil, proporcionando proteção para danos a terceiros.

A Companhia mantém seguro de responsabilidade civil para suas operações com coberturas e condições, consideradas pela administração, adequadas aos riscos inerentes.

Informações necessárias

Composição dos seguros ativos da Companhia, segregado por ramo, conforme exemplo abaixo.

Atualizar sempre que a vigência estiver vencida, ou que irá vencer no período da publicação.

Ramo	Cobertura por eventos	Importância segurada	Vigência
Segmento Automóvel - Frota	Colisão, Incêndio e Roubo	1.000	07/2018 a 07/2019
Segmento Automóvel	Assistência 24	157	11/2018 a 11/2019
Segmento Automóvel - Internacional	Colisão, Incêndio e Roubo	500	04/2018 a 04/2019
Segmento Automóvel - Agregado	Colisão, Incêndio e Roubo	207	05/2018 a 05/2019
Riscos administrativos	Predial	3.300	11/2018 a 11/2019